



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Inquérito Civil nº 1.30.001.001897/2023-99

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, através da PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado **COMPROMITENTE**, com sede na Av. Nilo Peçanha, 31, Centro - Rio de Janeiro/RJ, representado pelo Procurador da República Sergio Gardenghi Suiama, matrícula 766, titular do 55º Ofício Cível; as empresas de transporte aéreo turístico

1. **BE FASTER SERVIÇOS AEREOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 50.586.201/0001-70, com sede à Av. Ayrton Senna, 3500, Bl. 04, Sl. 330, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22640-102, neste ato representada por seu representante legal, Matheus Braga De-Cnop, brasileiro, solteiro, Piloto de Helicóptero, inscrito no CPF nº 132.692.027-84, com RG nº 124387762 DETRAN/RJ, residente e domiciliado à Av. Lúcio Costa, 3650, Bl. 02. Apto. 518, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22630-010, endereço eletrônico matobraga@gmail.com;

2. **BLUESKY TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 20.130.965/0001-06, com sede à Av. Ayrton Senna 2541, Rua D2, Hangar 14, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-000, neste ato representada por seu representante legal, Luiz Gustavo Carvalho Claro de Souza, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 088.410.937-22, e com RG nº 11.348489-3, residente e domiciliado à Av. Ayrton Senna



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

2541, Rua D2, Hangar 14, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-000, com endereço eletrônico gustavo@voebluesky.com;

3. **FALCON TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.435.577/0001-61, com sede à Av. Ayrton Senna 2541, Rua E, Hangar 37, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-000, neste ato representada por seu representante legal, Diego Luiz Vicente Roberto, brasileiro, casado, Piloto de Aeronave, inscrito no CPF nº 122.664.037-02, com RG nº 21584582-7, residente e domiciliado à Rua Sílvia Pozzano, 240, Bl. 2, Apto. 509, Recreio, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-671, endereço eletrônico diegoluz_20@hotmail.com;

4. **HELINEWS SERVIÇOS DE AEROCINEMATOGRAFIA E AEROPORTAGEM LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 09.321.147/0001-58, com sede à Av. Rachel de Queiroz, S/N – Setor de Hangar – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-100, neste ato representada por seu representante legal, Ricardo Mello Malaguti, brasileiro, solteiro, Aeronauta, inscrito no CPF nº 012.544.147-97, com RG nº 505.139 MDRJ, residente e domiciliado à Av. Rachel de Queiroz, S/N – Setor de Hangar – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-100, endereço eletrônico malaguti@helinews.com.br;

5. **HELIRIO TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.338.031/0001-80, com sede à Av. das Américas, 13.750, Recreio, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.790-702, neste ato representada por seu representante legal, Carlos Lemus Mouzo, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF nº 792.629.377-68, com RG nº 461701 MAER, residente e domiciliado à Av. das Américas, 13.750, Recreio, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.790-702, endereço eletrônico carlos@helirio.com.br;

6. **HELISUL TAXI AÉREO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 75.543.611/0001-85, com sede na Rodovia das Cataratas, km 16,5, Foz do Iguaçu/PR,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

com filial na Rua Conde de Bernadotte, nº 26, loja 119, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22430-200, neste ato representada por seu advogado, Dr. DAVID ZANGIROLAMI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 80.049, com escritório na Rua Alcindo Guanabara, nº 24, sala 1514, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 200131-130;

7. **HELIVIP SERVIÇOS EM AERONÁUTICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.473.940/0001-09, com sede à Av. Ayrton Senna 2541, Rua D2, Hangar 4, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-000, neste ato representada por seu representante legal, Paulo Roberto Malaguti Uchoa, brasileiro, casado, piloto de helicóptero, inscrito no CPF nº 117.912.557-60, e com RG nº 209.700.74-9 DIC/RJ, residente e domiciliado à Rua Dário Coelho, 175, Casa 2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-271, endereço eletrônico coordenacao@helivip.com.br;

8. **MR TOP FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.290.303/0001-80, com sede à Av. Ayrton Senna, 2541, Rua D2, Hangar 16 e 17, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.793-000, neste ato representada por seu representante legal, Mariano De Lima Lopez, brasileiro, divorciado, piloto de linha aérea, inscrito no CPF nº 817.045.857-91, com RG nº 061768107 IFP/RJ, residente e domiciliado à Rua DW, 243B, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.795- 780, endereço eletrônico diretoria@mrtopfly.com.br;

9. **VOOS RIO PANORAMICO E SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 0.180.516/0001-33 com sede à Av. André Grabois, nº 35, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por seu representante legal, Alfredo Henrique Mota Gonzales Pierre André, brasileiro, piloto de helicóptero, inscrito no CPF nº 141.143.447-13 , com RG nº 22.112.925-7, domiciliado à Rua Sônia Ângela Jonas, nº 380, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ endereço eletrônico rccontabilidadeadm@hotmail.com;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

doravante denominadas **COMPROMISSÁRIAS**; e

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

representada pelo seu Presidente **CARLOS MINC BAUMFELD**, brasileiro, professor licenciado, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.816.527-34, em exercício de mandato parlamentar como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), doravante denominada **INTERVENIENTE ANUENTE**;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil 1.30.001.001897/2023-99, no âmbito do qual se apura a poluição sonora e do ar causada por helicópteros que promovem voos turísticos panorâmicos na cidade do Rio de Janeiro, afetando, principalmente, os bairros do Alto Joá, São Conrado, Alto da Boa Vista, Lagoa, Jardim Botânico, Botafogo, Cosme Velho, Laranjeiras, Humaitá e Urca;

CONSIDERANDO que referida atividade é regulada, em âmbito federal, pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DCEA, órgão da Força Aérea Brasileira, e pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

CONSIDERANDO os debates e apresentações feitas durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que foram ouvidos representantes de moradores dos bairros afetados, das empresas de transporte aéreo e dos órgãos públicos envolvidos;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para, nos termos do art. art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 c.c. a Resolução CNMP nº 179/2017 inciso XX, da Lei Complementar Federal 75/93, celebrar compromissos de ajustamento de conduta, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração;

CONSIDERANDO que, após a audiência pública, os patronos das empresas signatárias manifestaram a intenção de celebrar o presente TAC, com vistas a atenuar o impacto causado pela atividade econômica na qualidade de vida dos moradores dos bairros afetados;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 225 da Constituição brasileira, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei 6.938/81 define poluição como “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população”;

CONSIDERANDO o interesse das PARTES em celebrar o presente Termo, com o prazo de 1 ano de vigência, de modo que todas as partes possam avaliar se as providências aqui previstas contribuíram, de forma significativa, para a redução do impacto ambiental causado;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, em conformidade com a Resolução CNMP n.1º 179/2017, e regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Com o objetivo de atenuar o ruído provocado pelas aeronaves, as COMPROMISSÁRIAS obrigam-se, através do presente instrumento, no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

prazo de quinze dias a partir da assinatura do Termo, a adequar todos os voos turísticos que comercializam no Município do Rio de Janeiro, diretamente ou através da intermediação de terceiros, às seguintes regras de circulação aérea:

- a) Manter o afastamento mínimo de 600 metros, em todo o trajeto da Rota Especial de Helicópteros Praia, conhecida, tecnicamente, como REH Praia;
- b) Manter a altitude mínima de 1200 pés, entre as posições Praça do Ó e Praia do Arpoador, conhecidas, tecnicamente, como posições PRAÇA e ARPO;
- c) Manter a altitude mínima de 1200 pés, entre as posições Praia do Arpoador e Praia do Leme, conhecidas, tecnicamente, como posições ARPO e LEME;
- d) Promover a subida para o monumento do Cristo exclusivamente pelas REH - Rotas Especiais de Helicópteros, determinadas pelo DECEA;
- e) Manter afastamento entre 600m e 800m do monumento do Cristo Redentor, a partir da altitude de 2000 pés;
- f) Abster-se de realizar voos pairados no monumento do Cristo Redentor;
- g) Promover a entrada para o circuito de tráfego para o Aeroporto de Jacarepaguá, no retorno da Zona Sul, apenas pela posição da Praça do Ó, conhecida, tecnicamente, como posição PRAÇA;
- h) Abster-se de promover a entrada para o circuito de tráfego para o Aeroporto de Jacarepaguá, no retorno da Zona Sul, pela posição da Ilha da Gigoia, conhecida, tecnicamente, como posição da Gigoia;
- i) A COMPROMISSÁRIA HELISUL, observando os limites de desempenho do helicóptero, as condições meteorológicas e os critérios de segurança operacional, promoverá a decolagem em ascensão vertical a partir do heliponto do Morro da Urca;
- j) Abster-se de promoverem sobrevoos na cabeça do Morro do Pão de Açúcar.

Parágrafo único - As Regras do Ar, estabelecidas pela autoridade aeronáutica, prevalecem especialmente nos casos em que as condições meteorológicas forem



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

adversas, ou caso algum Órgão de Controle do Espaço Aéreo forneça instruções diferentes daquelas aqui pactuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – As COMPROMISSÁRIAS obrigam-se ainda a cumprir rigorosamente todas as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais competentes, que incidam ou venham a incidir sobre a atividade, obtendo todas as licenças e autorizações cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – Para garantir o cumprimento dos compromissos celebrados neste TAC, as COMPROMISSÁRIAS manifestam sua intenção de constituir, em até 60 (sessenta) dias, uma associação que reunirá as empresas prestadoras do serviço de voos turísticos na cidade do Rio de Janeiro, e terá como objetivo promover a auto-regulamentação e a fiscalização de suas próprias atividades, contribuindo, assim, para o cumprimento das normas de tráfego aéreo, para a capacitação dos pilotos e para atenuar o impacto provocado nos moradores dos bairros afetados.

CLÁUSULA QUARTA – Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, as COMPROMISSÁRIAS obrigam-se também a:

- a) desenvolverem, conjuntamente, no prazo de 180 dias, manual de treinamento para as empresas que realizam voos de atividade turística no Rio de Janeiro, contendo as orientações para redução do ruído provocado pelas aeronaves;
- b) promoverem, em parceria com a Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero, ciclo semestral de palestras para todos os pilotos de helicóptero da aviação geral do Rio de Janeiro;
- c) adotarem o código transponder específico que venha a ser determinado pela autoridade aeronáutica;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

d) apresentarem, ao DECEA, ao MPF e à INTERVENIENTE ANUENTE, no prazo de 30 dias, listagem com imagens contendo todas as aeronaves, modelos e matrículas correspondentes de cada empresa COMPROMISSÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA – O INTERVENIENTE ANUENTE compromete-se a colaborar na fiscalização da execução deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA – Nos termos do disposto na Resolução CNMP 179/2017, a celebração do presente TAC não importa em reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente neste compromisso.

CLÁUSULA SÉTIMA – Até o cumprimento integral das obrigações previstas neste instrumento, o COMPROMISSÁRIO apresentará ao MPF relatório bimestral circunstanciado sobre o andamento do cumprimento das regras de circulação aérea e atendimento das demais obrigações ajustadas, acompanhado de imagens e outros documentos comprobatórios.

CLÁUSULA OITAVA – A vigência do presente TAC de 1 (UM) ANO, a contar de sua assinatura, período no qual as partes avaliarão se as medidas adotadas contribuíram de forma significativa para a redução do impacto causado pela atividade das COMPROMISSÁRIAS.

Parágrafo único – Trinta dias antes do final do prazo previsto nesta Cláusula, as partes se reunirão para decidirem se o presente Termo será ou não convalidado, devendo tal deliberação ser formalizada na forma de aditivo ao TAC.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

CLÁUSULA NONA - Acordam as partes que durante a vigência deste TAC não serão propostas ações judiciais, por parte do MPF, que tenham o mesmo objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Sem prejuízo de eventual execução judicial, a mora ou inadimplemento não justificado das obrigações assumidas neste ato importará no pagamento de multa cominatória mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devida até o efetivo adimplemento.

E por estarem de comum acordo, as PARTES assinam este Termo de Ajustamento de Conduta em 3 vias de igual teor.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024.

COMPROMITENTE

Sergio Gardenghi Suiama
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERVENIENTE ANUENTE

Deputado Carlos Minc
COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS,
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

COMPROMISSÁRIAS

BE FASTER SERVIÇOS AEREOS LTDA.

BLUESKY TÁXI AÉREO LTDA.

FALÇON TÁXI AÉREO LTDA.

HELINEWS SERVIÇOS DE AEROCINEMATOGRAFIA E AEROPORTAGEM LTDA.

HELIRIO TÁXI AÉREO LTDA.

HELIVIP SERVIÇOS EM AERONÁUTICA LTDA.

MR TOP FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA.

VOOS RIO PANORAMICO E SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA.

HELISUL TAXI AÉREO LTDA